



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Cooperação Internacional em Inteligência: Riscos e Potencialidades
Autor	FERNANDA BOLDRIN DE PAIVA
Orientador	MARCO AURELIO CHAVES CEPIK

TÍTULO: Cooperação Internacional em Inteligência: Riscos e Potencialidades

AUTORA: Fernanda Boldrin de Paiva

ORIENTADOR: Marco Aurélio Chaves Cepik

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, coordenada pelo professor Marco Cepik (Inteligência Estratégica e Segurança Internacional: estruturas militares permanentes em temas críticos), financiada pelo CNPq. A cooperação em inteligência é mais difícil do que as demais formas de cooperação entre os Estados. Sistemas de inteligência coletam, analisam e disseminam informações em nome das autoridades engajadas em proteger e garantir os interesses de Estado no sistema internacional. Tal processo é inerentemente competitivo e secreto, mesmo entre aliados, porque o sistema internacional é, em grande medida, anárquico e a segurança de cada Estado depende de suas próprias capacidades e de seus aliados (*self-help*). Segundo SIMS (2006:196), “quando o sistema internacional é multipolar e fluido, ‘amizades’ entre governos não perduram, pois, uma coincidência de interesses em dado momento facilmente diverge em outro.”. Por outro lado, a cooperação é um fator importante em quaisquer processos evolutivos. Segundo NOWAK (2006:72), a cooperação é um dos pilares da evolução porque as interações são continuadas no tempo e os mecanismos indiretos (reputacionais) fazem com que grupos de cooperadores superem (*out-compete*) outros grupos. Nesta fase da pesquisa, o **objetivo** da minha pesquisa foi analisar a justificativa oficial para as adidâncias (representações no exterior) abertas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) junto às embaixadas brasileiras nos Estados Unidos, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina, África do Sul, Portugal, França, Alemanha, Itália, Tunísia, Rússia, Jordânia, Índia, China, Japão e Austrália. Dentre as atribuições dessas adidâncias está o intercâmbio de informações com os serviços de inteligência locais e a assessoria aos embaixadores brasileiros. As perguntas de pesquisa foram: 1) Considerando as diferenças entre o trabalho de inteligência e diplomacia, conforme a Convenção de Viena de 1961, como o Brasil reconcilia do ponto de vista ético e político, as diferentes missões? 2) Quais os riscos potenciais desse tipo de cooperação? As **hipóteses** de trabalho para cada uma das perguntas são, respectivamente: 1) O governo brasileiro renuncia à dimensão internacional da atividade de inteligência de fontes humanas (*humint*), procurando obter informações relevantes estritamente por meio de canais diplomáticos (adidâncias). 2) Os riscos dessa estratégia são a não-cooperação por parte dos países que recebem as adidâncias e/ou falhas de segurança que redundem na manipulação ou instrumentalização da ABIN por terceiros. A **metodologia** utilizada baseou-se na revisão da literatura especializada e na análise temática e categorial de documentos (Atas da Comissão Mista do Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional) e do sítio oficial da Agência Brasileira de Inteligência na internet. Os **resultados preliminares** da pesquisa corroboram a hipótese formulada para a pergunta 1 e são inconclusivos em relação à pergunta 2. Recomenda-se, conforme o estado-da-arte da literatura, o fortalecimento da capacidade de análise estratégica internacional e de contrainteligência como medidas cautelares, principalmente tendo em vista o uso reiterado da problemática expressão “nações amigas” nos discursos oficiais brasileiros.